

ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (EEEP) NO CEARÁ EM RESULTADOS: UM CASO NA EEEP ADERSON BORGES DE CARVALHO – JUAZEIRO DO NORTE/CE

Cícera Leila Leite de Sousa¹;
Evandro Siebra da Silva²;
Magda Lorena Turbano dos Santos³;
João Wilson Souza Pereira⁴;

RESUMO

O ensino profissionalizante surgiu em meados do século XIX, em um contexto de lutas de classes. O século XXI com todas as mudanças ocorridas no mundo e no mercado de trabalho evidencia em outras bases a educação de cunho profissionalizante. Efetiva, pois, a continuidade do que foi promulgado na Lei 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), cuja característica marcante é a sua capacidade de integração das diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia e ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Analisando particularmente a implantação da educação profissional no Ceará, observou-se os resultados obtidos em uma escola da rede para discussão.

Palavras-chave: Educação. Ensino profissionalizante. Integração.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que o ensino profissionalizante surgiu em meados do século XIX, em um contexto de lutas de classes, onde o proletariado tentava abolir as diversas formas de exploração por parte da burguesia. Uma dessas lutas foi a tentativa de desenvolvimento de perspectivas de educação socialista que visava a formação da consciência de classe do proletariado. Dessa forma surgiu a necessidade de uma educação de cunho profissionalizante.

Vale ressaltar que, até a promulgação da atual LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), a educação profissional esteve agregada ao ensino de 2º grau (atual ensino médio), quando então passou a ter identidade própria, cuja característica marcante é a sua capacidade de integrar-se “às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (LDB, art. 39).

¹ Coautora. Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Regional do Cariri – URCA; e-mail: leila.leite@hotmail.com; Eixo 7: Gestão Democrática, Políticas Educacionais e Avaliação.

² Autor. Licenciado em Matemática pela Universidade Regional do Cariri – URCA e Especialista em Educação, contemporaneidade e novas tecnologias pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF; e-mail: evandrosiebra29@hotmail.com; Eixo 7: Gestão Democrática, Políticas Educacionais e Avaliação.

³ Coautora. Bacharel em Biotecnologia e Mestre em Ciência Animal pela Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA; e-mail: magdalorena_2@hotmail.com; Eixo 7: Gestão Democrática, Políticas Educacionais e Avaliação.

⁴ Coautor. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri – URCA; e-mail: jwilsonpereira@hotmail.com; Eixo 7: Gestão Democrática, Políticas Educacionais e Avaliação.

Pode-se afirmar que o objetivo da educação profissional é criar cursos que garantam perspectivas de trabalho para os jovens e facilitem seu acesso ao mundo do trabalho; que atendam, também, os profissionais que já estão no mercado, mas sentem falta de uma melhor qualificação para exercerem suas atividades, e, ainda, seja um instrumento eficaz na reinserção do trabalhador no mercado de trabalho, dadas as modalidades de ensino que abrangem a forma articulada com o ensino médio ou subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio (LDB, art. 36-B, I e II).

Em se tratando do ensino profissionalizante, pode-se afirmar que este possui características diferentes do curso de ensino regular onde o aluno cursa do nível básico ao ensino médio podendo chegar até a universidade e escolher entre diversas áreas, porém são cursos de longa duração e vão preparar o estudante para uma carreira profissional em longo prazo. Já os cursos técnicos de educação profissional têm uma duração bem menor e possuem a vantagem de preparar o aluno diretamente para o dia-a-dia das empresas e as demandas do mercado de trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Diante do que foi exposto, cabe reportar-se à afirmação de Antônio Gramsci ao defender a ideia de uma escola para a classe trabalhadora, onde coloca a concepção de uma “escola unitária”,

Escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. (GRAMSCI, 1995, p. 118)

É possível observar então que esse conceito de escola unitária dado por Gramsci pode trazer a semelhança com a educação profissional. Nesse sentido, para adaptar-se à realidade, o Brasil teve a necessidade de começar a fornecer cursos profissionalizantes para atender a demanda da educação superior e do mercado do trabalho que ficava cada vez mais competitivo para aqueles que não possuíam nenhum tipo de experiência e entendimento daquela área.

Dadas as peculiaridades da escola de ensino profissional, em detrimento da escola de ensino regular, cabe ser visto como se institucionalizou a educação de ensino profissional no Ceará, particularmente, e observar os resultados de uma das escolas da rede implantadas no citado estado.

Com base na Lei Estadual N° 14.273, de 19/12/2008, o governo do estado do Ceará, através da secretaria da educação (SEDUC), iniciou em 2008 o desafio de implantar a rede de educação profissional no estado. A estratégia central foi integrar o ensino médio à formação profissional de nível técnico, oferecendo educação em tempo integral aos jovens cearenses.

Para a efetiva implantação dessa rede, o governo estadual também contou com a parceria do governo federal, através do Programa Brasil Profissionalizado, que juntamente com os recursos do Tesouro Estadual, representam a principal fonte de financiamento das redes estaduais de ensino para a expansão da educação profissional e tecnológica no Ceará.

Conforme a Secretaria de Educação, “o modelo integrado possibilita a centenas de alunos a qualificação para ingressar no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que são habilitados a concorrer a uma vaga na universidade” (Portal da Educação Profissional).

Não obstante, o estado do Ceará tem se destacado no cenário nacional pela grande capacidade de desenvolvimento e ampliação da política de ensino médio integrado à educação profissional. “Em 2008, quando o programa foi iniciado, foram implantadas 25 Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), que ofertavam, em 20 municípios, quatro cursos profissionais de nível técnico: Informática, Enfermagem, Guia de Turismo e Segurança do Trabalho” (Portal da Educação Profissional).

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico que objetivou o conhecimento e análise da educação de tempo integral como uma política pública, seus méritos e possibilidades de ação, para tanto, fez uso do estudo de caso, e, trouxe ao debate a experiência da EEEP Aderson Borges de Carvalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de observar a realidade, utilizou-se como base os resultados obtidos pela EEEP Aderson Borges de Carvalho, escola de ensino profissional implantada na cidade de Juazeiro do Norte/CE.

A citada escola foi criada no ano de 2001 conforme Decreto nº 26203, transformando-se em EEEP em 2010, sendo assim uma escola profissional funcionando em um prédio adaptado. Atualmente oferece três cursos: enfermagem, informática e logística/administração. Possui capacidade para 360 alunos, e conta

com a colaboração do núcleo gestor – diretora e 03 coordenadores, 01 assessores administrativo-financeiro, 28 professores, 07 funcionários e 01 secretária.

A escola obteve resultados expressivos, como a premiação do Programa Aprender para valer (Lei nº 14.190/2008): em 2013 – 73 alunos, 2014 – 92 alunos e em 2015 – 90 alunos contemplados com notebooks. Em 2016 apresentou 105 alunos matriculados no 3º ano, dos quais 26 alunos (o equivalente a 24,7%) conseguiram emprego após o estágio; e 64 alunos (o equivalente a 61%) conseguiram aprovação nos vestibulares/ Sisú.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho foi possível entender o contexto em que surgiu o ensino profissionalizante no Brasil, sendo esse marcado por uma luta de classes e a tentativa de desenvolvimento de perspectivas de educação socialista que visava a formação da consciência de classe do proletariado.

A atual LDB (1996) institucionaliza a educação profissional no Brasil a fim de criar cursos que garantissem perspectivas de trabalho para os jovens e facilitassem seu acesso ao mundo do trabalho, atendendo assim os profissionais que já estão no mercado e que sentem falta de uma melhor qualificação para exercerem suas atividades, e servindo também como um instrumento eficaz na reinserção do trabalhador no mercado de trabalho.

A partir de sua implantação em escolas públicas no estado do Ceará a educação profissional começou a fornecer cursos profissionalizantes para atender a demanda da educação superior e do mercado do trabalho que está cada vez mais competitivo para aqueles que não possuem nenhum tipo de experiência e entendimento de áreas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, LDB. **Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 18 Abr. 2018.

CEARÁ, Lei 14.190, de 30 de julho de 2008. Cria o programa aprender pra valer que desenvolverá ações estratégicas complementares para o fortalecimento da aprendizagem dos alunos do ensino médio e sua articulação com a educação profissional e tecnológica.

CEARÁ, Lei 14.723, de 19 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PORTAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. Disponível em: <educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 19 Abr. 2018.